

Palestra 26/06/00

Deputado Antonio Carlos de Mendes Thame

Secretário de Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras de São Paulo

Prezado Dr. Flávio Antonio Pepe, presidente desta Associação dos Engenheiros da CETESB; Dr. Paulo Ferreira, secretário adjunto, representando o Secretário Trípoli da Secretaria do Meio Ambiente; Dr. Dráusio Barreto, presidente da CETESB; Dr. Gauba Couto, Diretor Administrativo e Financeiro da CETESB, Dr. Marcelo Sales Freitas, Vice- Presidente da SABESP, Dr. Martin Afonso Pena, Diretor Executivo da ABICLO, Dr. José Eduardo Cavalcante, Diretor da Ambiental Laboratório e Equipamentos, Dr. Rubens Monteiro de Abreu Vice-Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas da CETESB, Anali de Campos, presidente do Conselho Representante dos Funcionários da CETESB, engenheiros, técnicos, funcionários desta instituição, Dr. César Cruz da Johnson & Johnson, estimados amigos:

Temos hoje a oportunidade aqui de participar de um evento ligado diretamente à questão ambiental.

Hoje se sabe, a ciência nos dá indicadores concretos da presença do ser humano aqui na terra, há muitos, há muitos milênios. No entanto somente nos últimos quarenta anos é que se tem conhecimento de alguma preocupação sistematicamente conduzida do ser humano com respeito à preservação do ambiente em que vivemos. Foi na conferência de Estocolmo, de 72, portanto menos de trinta anos atrás, que surgiu o primeiro documento de cunho internacional, defendendo princípios, consolidando idéias à respeito dos elementos e das medidas a serem tomadas para preservar o ambiente. Esta declaração de Estocolmo, acabou se transformando no embrião do direito ambiental de muitos países. Também não faz mais do que trinta anos, que surgiram os primeiros estudos interdisciplinares, sistematizando, consolidando e dando de uma forma coerente, um diagnóstico sobre a situação do ambiente no mundo e propondo sugestões, medidas, para reverter as principais preocupações.

Quais eram essas preocupações trinta anos atrás?

Primeira: Destruição acelerada de florestas;

Segunda: Erosão de solos agricultáveis, que iam se perdendo pela agricultura mal conduzida que permitia o assoreamento dos solos superficiais, que iam desta forma, sendo levados para os cursos d'água;

Terceiro lugar: Colapso de áreas pesqueiras no mar;

Em quarto: Morte de atóis, de arrecifes e corais;

Quinto: Desaparecimento de espécies animais e de peixes;

Em sexto lugar, há trinta anos atrás: Escassez relativa de água em algumas partes do mundo.

Hoje, trinta anos depois, fazendo uma retrospectiva sobre o que mudou, e muitas medidas foram tomadas pelos países, notadamente pelos países desenvolvidos, principalmente na questão da água, já que estes estudos impactaram, foram estudos conduzidos pela comunidade científica do mundo todo e causaram grande impacto junto a autoridades, o que é que nós podemos dizer que mudou, que estava deteriorando e reverteu? Passou a melhorar, ou que pelo menos estacionou. O quê que continua deteriorando, mas num ritmo menor, menos acelerado? Muito pouca coisa. E hoje, os cientistas convergem para dois problemas: primeiro problema, questão da mudança de clima, questão do aquecimento global. E o segundo problema, escassez absoluta de água em muitas regiões da terra.

Como é que vem sendo tratado o primeiro problema? Questão do aquecimento global.

Ora, aquecimento global está relacionado aos gases do efeito estufa, entre os quais o CO₂ é o principal, e nós sabemos, a concentração de CO₂ começou a aumentar na terra há aproximadamente 240 anos com a revolução industrial. Naquela época nós tínhamos uma concentração de CO₂ de 280 partes por milhão, na atmosfera, em 200 anos aumentou 13%, passando para 316, e nos últimos 40 anos aumentou 17%, passando hoje para 367 partes por milhão.

Duzentos anos aumentou 13%, nos últimos quarenta anos aumentou 17%. Com isso, nos últimos quarenta anos, a temperatura da terra aumentou em média 0,44°C, quase ½°C, mas nos pólos aumentou mais. Aumentou quase 2°C, causando inúmeros problemas, dos quais o mais visível é esse do derretimento das geleiras, coisa que causa pouco impacto junto à população de uma forma geral. Claro, quando saem notícias de que hoje existe navegando (navegando, não sei se o termo exato é este), um pedaço de uma geleira, cuja dimensão maior é de 70 KM, que se desprende da Antártica, é claro que isto causa a maior comoção junto à população em geral, também causa comoção quando há uma notícia como a de 1991, quando foi descoberto um corpo de um ancestral de uma fronteira entre a Itália e a Áustria, nos Alpes, um corpo, claro no gelo em muito bom estado de conservação, mumificado, e a mesma coisa agora em 1999, na região de Locon, na aldeia indígena de Locon no Canadá, também um corpo muito bem conservado, dessa vez encontrado com mais de 1/5 deste corpo para fora da terra. Apareceu este corpo. Apareceu significa: não foi lá nenhuma excursão para escavar, nenhum grupo de arqueólogos. Simplesmente apareceu porque houve o derretimento do gelo. É como se os nossos ancestrais tivessem emergido do gelo com um grito de alerta para todos nós: _ A terra está ficando mais quente, meu túmulo derreteu...

Como é que está sendo tratado este problema?

De uma forma incipiente. Felizmente incipiente com “c” e não com “s”. Mas de uma forma incipiente porque na realidade também não tem 10 anos que a primeira convenção internacional tratou desse assunto. Foi no Rio, coincidentemente aqui, na reunião do Rio de Janeiro, quando a convenção de Mudança do Clima, definiu padrões que depois foram adiantados, foram mais detalhados em Kioto, 5 anos depois em 97, criando o protocolo de Kioto que introduz obrigatoriedade dos países na média, reduzirem as suas emissões de gás carbono na média em um pouco mais de 5% em relação ao que era emitido em 1990. O que representa um compromisso de diminuir as emissões em torno de 1 bilhão de toneladas ao ano das emissões mundiais de CO2.

O que se espera é que os países ratifiquem esta Convenção. Uma boa parte, dezenas de países já assinaram, mas é o poder executivo que assina e depois essa assinatura precisa ser confirmada pelos parlamentos desses países para que possa se transformar numa lei de força universal, e hoje nós não temos mais do que aproximadamente uns 30 países que ratificaram e nós precisamos de 55 países ratificando para se transformar numa lei de carácter universal. E mais ainda, nós precisamos que os Estados Unidos também ratifiquem porque eles sozinhos são responsáveis por mais de 25% das emissões de CO2 e ainda não ratificaram. Houve uma grande dificuldade para assinarem, já assinaram, agora é preciso que o Congresso não sucumba aos imensos e fortíssimos “lobys” que impedem essa assinatura. Na hora que isso se transformar numa lei e que o mecanismo de desenvolvimento limpo previsto no protocolo se transformar em uma realidade, nós teremos a constituição de um fundo, de um fundo que prevê alocar 200 bilhões de dólares por ano para também influir no outro sentido, não só no sentido de diminuir as emissões, mas utilizando um mecanismo de projetos que possam seqüestrar CO2 em qualquer parte do mundo, até nos países em desenvolvimento, poder com isto implantar projetos, e o Brasil será certamente, com um projeto que se encaixa como uma luva, que é o projeto do carro à álcool, poderá certamente ser um dos primeiros a se habilitar em nível continental, nós não somos um país, a França é menor que Minas Gerais, seremos um país com condições de conseguir recursos para um projeto de âmbito continental que é o projeto do carro à álcool.

Mas isto está muito incipiente, muito incipiente. Precisamos de dezenas de milhares de projetos para conseguir realmente dar uma significativa contribuição para seqüestrar muito CO2 e podermos com isto dizer que conseguimos com medidas inteligentes, mais eficazes e que realmente englobaram, foram abraçadas pela comunidade. Todos os que vivem e que são os nossos contemporâneos, conseguimos evitar um comprometimento do clima para as futuras gerações. Não para as longínquas futuras, mas para as próximas futuras gerações.

E a Segunda questão. A questão da escassez relativa em algumas regiões que já era detectada há 30 anos atrás e que hoje é considerada como escassez absoluta de água em muitas regiões. Como é que está sendo vista esta questão?

Primeiro lugar, o que é este problema?

É um problema que hoje se denota não só em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, e muitas regiões do planeta para atender as necessidades de abastecimento das populações, em função do ritmo acelerado de urbanização que ocorreu nos últimos 50 anos, também para atender às exigências de irrigação e também atividades industriais, as populações foram buscando a água superficial. Quando chegou o limite deste uso, correu para a água subterrânea. E com, hoje, a maior facilidade, o custo menor das sondas, perfuratrizes, do custo das bombas para tirar a água, foram ao aquífero, ou lençol freático, e foram retirando água numa quantidade muito maior do que a capacidade natural de regeneração dos aquíferos. Calcula-se hoje, e já se pode, hoje nós temos fotografias por satélites, formas muito mais práticas de medir do que há 40 anos atrás, calcula-se hoje que há um déficit por ano de água que é bombeada dos aquíferos e não é repostada em torno de 160 bilhões de toneladas por ano. 160 bilhões de toneladas.

O que significa isto?

Significa o suficiente para produzir 160 milhões de toneladas de alimentos. A proporção é 1 tonelada por 1kilo de grão. E produzir 160 milhões de toneladas de alimentos, agora a proporção é de 3 para 1, é o suficiente para alimentar 480 milhões de pessoas em um ano. Portanto quase ½ bilhão de pessoas, 3 vezes a população brasileira são alimentadas hoje, hoje neste ano, de uma forma não sustentável. Não sustentável, porque esta água não é repostada, é uma água, é um bem que é tirado e não é repostado. Nós estamos assistindo à depressões dos aquíferos, a fundamentos, em algumas regiões de mais de um metro e meio, um metro e meio de depressão dos aquíferos. O que significa esta depressão? Que este aquífero, mesmo que pare de utilizar água, não há espaço mais nos, principalmente, nos arenitos, para que ele possa armazenar água, porque ele já sofreu uma pressão, uma depressão.

Quais são os países que estão com estes problemas?

Principalmente a Índia. A Índia está com um déficit de 100, em torno de 104 bilhões de toneladas de água por ano. Dois Estados, Punjabe e Ariana, estão passando por grandes dificuldades e se prevê que estes dois Estados que são os grandes produtores agrícolas da Índia poderão ter nos próximos anos uma perda de 25% na sua capacidade de produção agrícola.

Também os Estados do Paquistão e o leme, apresentam problemas semelhantes.

O norte da China, responsável por 40% de toda produção de grãos da china, a disponibilidade de água está também dramática, e o déficit previsto, já calculado, está sendo nos últimos anos medido em torno de 30 bilhões de toneladas.

A África do Norte apresenta um déficit de 10 bilhões, a Arábia Saudita de 6, e também o México, o leme e os Estados Unidos estão passando por problemas semelhantes.

Déficit dos Estados Unidos, já se estima em torno de 14 bilhões. O Central Valley, que é um grande produtor de frutas e vegetais, praticamente 50% da produção de frutas e vegetais dos Estados Unidos, aquela que não é importada vem do Central Valley, está passando por uma séria depressão no seu aquífero.

O Galala, um dos maiores aquíferos do mundo, está passando também pelo mesmo problema e se deixarmos um pouco de lado a questão do déficit de água relacionado com a produção agrícola, entrando na questão urbana, nós vamos assistir também a um problema dramático, numa das regiões mais desenvolvidas do mundo, lá nos Estados Unidos, país que cresce há mais de 100 meses consecutivos, tem uma das menores taxas de desemprego do mundo, e um dos maiores acúmulos de tecnologia e que nós temos sempre em relação à ele a idéia de que lá os problemas são resolvidos tecnologicamente. Situação lá, no Estado mais conhecido do resto do mundo, que é Flórida, e na cidade mais visitada por estrangeiros, que é Miami, a situação é muito difícil. A cidade de Miami é região metropolitana onde vivem 4 milhões de

peças é abastecida por um rio chamado Rio Charque, que passa por um pântano, pântano de Everglades, e esse pântano nos últimos 30 anos foi diminuindo. Já diminuiu quase 50% do seu volume e da sua área nas bordas, virou terra firme. Porque a sua água é utilizada para irrigação, notadamente, dos laranjais da Flórida. E o que aconteceu? O que aconteceu é que esse pântano que funcionava e funciona como um sistema de “Wet Land” de solos filtrantes, foi perdendo a sua capacidade de filtrar as águas do Rio Charque e com isto as águas que eram filtradas e logo em seguida ao passar pelo pântano eram retiradas pela “SABESP” de lá, ela perdeu essa capacidade de poder fazer um tratamento convencional e com isso fornecer a água para 4 milhões de pessoas.

Hoje já se investiram 300 milhões dentro de um plano de 1 bilhão e 500 milhões de dólares para recuperar todo o parque, e o que se fez? Primeiro já se mudou a direção do rio, precisou mudar o rio para ele passar pela região de maior volume de água do pântano, que ainda tem o maior volume de água. E mudar o sistema de tratamento, passando para peneira molecular e outros métodos extremamente mais sofisticados. Já gastaram 300 milhões para conseguir fazer aquilo que antes a natureza fazia de graça.

Portanto a questão da água é uma questão dramática e que continua hoje, mesmo tendo, 30 anos atrás, sido detectada e muitas medidas terem sido tomadas. Tanto assim que se em relação à mudança de clima pouco ainda se fez e se começa a instituir este mecanismo de desenvolvimento limpo, e essas obrigatoriedades e diminuições das emissões, na questão da água a humanidade sabe o que fazer, já tem definido os princípios que são basicamente os princípios relacionados à aplicação de uma legislação de crimes ambientais, colocando limites, a partir dos quais, é crime jogar alguma coisa que tenha uma demanda de oxigênio maior do que aquele limite, ou sólidos suspensos acima daqueles limites estabelecidos. Abaixo desse limite, a aplicação dos princípios “poluidor - pagador” e “usuário - pagador”, ou seja, mesmo que não cometam crime, porque está abaixo, está dentro dos limites permitidos pela legislação. Mesmo assim, quem polui, quem utiliza a água, precisa pagar, porque a água é um bem escasso, um bem público, e a um bem público, compete/cabe um preço público. São princípios já consolidados na maioria destes países.

O terceiro princípio que estes países adotam é que não se faz a gestão da água sem a participação de todos os envolvidos. Esse é um princípio consolidado. Não há formas de conseguir bons resultados, se não houver uma gestão integrada, descentralizada, participativa e o que é também aliado à este princípio, com os limites de cada uma das regiões definidos, não em função de critérios administrativos, políticos, mas em função daquilo que a própria natureza definiu, que são as unidades hidrográficas para, em função destas unidades, se fazer um gerenciamento muito mais fácil, respeitando características de cada uma das bacias.

E aqui no Brasil?

Aqui no Brasil estes princípios todos já estão definidos desde 1934 paradoxalmente no código das águas que já prevê com todas as letras, literalmente, o princípio do “poluidor – pagador”. Também na constituição de /88, depois de 89 as constituições estaduais de 89 consagraram o princípio da cobrança pelo uso da água. O Estado de São Paulo em 91, a lei que instituiu o sistema estadual de gerenciamento também definiu, mas não cobramos. Não instituímos a cobrança. Porque? Porque nós temos aqui no Brasil, não só em São Paulo, a idéia da abundância. Nós vivemos o princípio da abundância, desde os primeiros anos da vida escolar, nós aprendemos que somos uma das maiores reservas de água doce da humanidade, 12% da água doce do mundo está aqui no Brasil. E no início da década de 60 um Presidente da República aqui do Brasil renunciou, o Jânio Quadros, e as repórteres das CNN da época, que devia ser a UPI, United Press, uma coisa assim, foram repercutir a notícia. A mesma coisa que os repórteres hoje fazem. Repercutir é uma forma de fazer uma notícia dar filhotes, como coelhos, né. Assim ganha manchete no dia seguinte. No outro dia. No primeiro dia é o fato, aí vai ouvir pessoas falando sobre o fato e com isso ganha notícia nos dias seguintes. E foram ouvir presidentes de Estado, chefes de Estado, à respeito da renúncia de Jânio Quadros.

E foram à Israel, lá não é presidencialismo, é parlamentarismo; foram ouvir o Primeiro Ministro, o Bem Gulhon e perguntaram :

_ O que é que o Sr. acha, o presidente do Brasil renunciou. E ele respondeu:

_ A Sra. deve estar enganada, a Srta. deve estar equivocada. Porque que iria renunciar o presidente de um país que tem tanta água?

Porque que ele disse isto? Para ser espirituoso com a jornalista simpática, bonita, elegante? Não.

Disse isso quase que num ato subconsciente, inconsciente, refletindo dois conceitos: Primeiro, aquela sensação de dificuldade de escassez em relação à água, de quem vive em um país onde permanentemente falta água. No final esta disputa pelo Jordão é o "late motif" de uma guerra secular, de uma disputa secular, uma guerra que há lá no Oriente Médio e não é por minério, por urânio, por ouro, é por água. Em segundo, a idéia de que no Brasil não falta água.

O Dr. Dráusio, numa exposição hoje das mais atualizadas, oportunas e de grande acuidade , texto que já lhe pedi uma cópia, colocou com muita propriedade os padrões inclusive, que são considerados mínimos aceitáveis pela Organização das Nações Unidas, a respeito da disponibilidade de água.

A ONU diz 2.500 M³ por habitante por ano é considerada a situação satisfatória. Abaixo de 1.700, que citou, ou de 1.500 no máximo 1.500 M³ por habitante, a situação é crítica. Que no Brasil nós temos 2 Estados abaixo dos 1.500, Pernambuco e Paraíba. E aqui no Estado de São Paulo nós temos 2.900 M³ por habitante. 2.900 M³ são 400 M³ acima da situação considerada razoável. O dobro daquele mínimo "minimoro" de 1.500 / 1.700. Só que é uma água extremamente mal distribuída, assim como em todo Brasil. Nós temos regiões no Estado de São Paulo, que têm 29000 M³, e temos 4 regiões onde a situação está abaixo destes 1.500 / 1.700. São: primeiro a do Alto Tietê, aqui nessa região metropolitana onde agora todos nós estamos, vivem 17 milhões de pessoas. 10% da população brasileira vivendo num território de um milionésimo do território brasileiro, 8.000 KM², o Brasil tem 8 milhões de KM², é 10% de 1% do nosso território, onde vive 10% da população. 50% da população de São Paulo vive aqui. De cada 2 paulistas, 1 está com os pés aqui nessa região. Portanto a média aqui é de 200 M³ por habitante por ano, menos de 1/7 do mínimo recomendado pela ONU.

Qual é a Segunda região? É a região de Piracicaba com 400, com o dobro.

E paradoxalmente, para resolver a situação daqui, daqui da Grande São Paulo com 200, se o mínimo é 1.500, não dá para gente distribuir aquilo que não tem. A SABESP vai buscar água e mais da metade da água para abastecer 17 milhões de pessoas, Bacia do... Piracicaba! 33 dos 63 M³ por segundo são retirados da Bacia que é a Segunda em escassez com 400 M³ por habitante por ano. A terceira é a do Turvo Igrande com 900 e em quarto lugar com 1450 a do Mogi-Guaçu . Portanto nós temos problemas. Claro que não se mede escassez só desta forma estática de disponibilidade em M³ por habitante por ano. Eu posso medir de uma outra forma, posso medir pela percentagem de água que já está comprometida no mês de menor vazão, no mês da mais forte estiagem. E também medindo assim eu chego numa situação semelhante.

Há regiões que têm 85% da sua água comprometida, portanto não tem condições de lá receber uma nova industria, de lá Ter empreendimentos que consomem água.

Terceira forma é aliar, não só quantidade, como qualidade da água. E se fizermos isso, nós encontraremos das 22 unidades hidrográficas do Estado, 9 em situação precária. 9 com dificuldades de água em condições de potabilidade para ser servida à população.

E hoje, qual é o momento em que nós vivemos? Hoje, no Brasil inteiro se discute a cobrança pelo uso da água. É uma preocupação originária, originária da tomada de consciência que de repente o Brasil inteiro tomou em relação à escassez? Não é.

A grande maioria da população continua vivendo este conceito da abundância, essa discussão é uma discussão derivada e não originária. Derivada do fato de que o Governo Federal foi célere, mais rápido, aprovou a Agência Nacional das Águas, junto com ela vai instituir a cobrança dentro de um figurino Nacional, não é nem Federal, não será uma cobrança só nos rios federais. O sistema que eles estão introduzindo é um sistema Nacional que permite,

portanto, que cada uma das unidades hidrográficas, onde passe o rio, não precisa ser o rio mais importante, o rio passando por uma unidade, como eles não puderam criar a idéia de Bacia Federal (que não existe, seria uma excrescência), inventaram o sistema Nacional para cobrar em todos os rios de uma Bacia onde passe um rio federal. Esse sistema está avançadíssimo e em função disso é que os Estados todos começaram a discutir uma forma de instituir a cobrança pelo sistema Estadual. Porque? Porque pelo figurino federal ?

Primeiro lugar: não há um fundo para onde iriam todos esses recursos, como nós temos auferido em São Paulo; segundo lugar, a lei diz que preferencialmente esses recursos serão aplicados no Estado donde foram arrecadados, preferencialmente é melhor que não tenha nada, porque as leis ou elas têm poder coercitivo, ou elas são meras declarações de intenção, não aplicam, não obrigam ninguém à nada, e nós já assistimos à este filme, em todos os tributos e nós não queremos a cobrança pelo uso da água com este aspecto tributário, queremos como uma contribuição. Por isso o Estado de São Paulo corre para aprovar uma lei que é o PL20, esperamos que seja aprovado este ano, que é de todos, o mais democrático projeto de cobrança pelo uso da água. Permite que o Conselho Estadual fixe um valor teto que nós imaginamos em torno de 1 centavo por M³, entre 1/6 à 1/5 à 1/15 daquilo que o governo federal está prevendo que é de 6 à 15 centavos por M³, porque para nós é suficiente, nós estamos muito mais adiantados que o resto do Brasil nessa questão de reversão da degradação dos recursos hídricos, cada um dos Comitês pode estabelecer um deságio, ou seja, cobrar um preço ainda menor à obrigatoriedade de cada real seja revertido na Bacia Hidrográfica onde ele foi arrecadado e por último, ou penúltimo, a agricultura tem um período de carência de quatro anos, e por último, pode se aplicar com muito mais força sobretaxando quem polui e subcobrando, subtaxando àquele que simplesmente usa a água, mas a devolve em condições, em boas condições aos cursos d'água.

Essa é uma questão para nós vital, termos uma cobrança no modelo estadual. Hoje não há mais esta hipótese de ter a cobrança ou não. Hoje nós temos é uma opção, ou a cobrança pelo modelo estadual ou pelo modelo federal. Aliás nós entendemos a lei de cobrança, não como um instrumento arrecadatório, mas acima de tudo como um instrumento de gestão.

Estivemos em uma cervejaria no interior de São Paulo, estavam muito preocupados com a cobrança, e logo depois do almoço que tivemos nesta cidade, o nosso líder político lá, nos convidou a ir à cervejaria, dizendo que eles queriam muito nos receber, queriam nos fornecer um chope tirado diretamente lá da coluna antes de ser pasteurizado e nós fomos para lá. Sabíamos já que a preocupação não era nos oferecer um chope, era saber quanto iriam cobrar pela água que eles usam e até hoje nada pagam. Tem lá 4 poços, poços no sistema francês, 'Adiertoi" e lá eles tiram água puríssima, de excelente qualidade, 1 milhão de litros por dia para fazer cerveja e refrigerantes. Um milhão de litros por dia...

Perguntaram como é que ia ser esta cobrança, nós falamos nós vamos cobrar 1 centavo se for aprovada a lei nossa, 1 centavo por M³, 1 centavo por mil litros. Os senhores consomem 1 milhão por dia? Os senhores consomem 1000 M³. Um centavo o M³ os senhores vão pagar 1000 centavos por dia. 1000 centavos por dia... dá dez reais por dia. Por mês, 300 reais, só isso? Só isso? Tem erro de conta não? Não, não tem erro de conta .

Houve uma situação de descontração, rodada dupla de chopes para todo mundo. Falei é isso mesmo. Fizemos o cálculo para a Nestlé lá de Araras, dá 700 reais por mês. Aí quando estavam bem descontraídos nós dissemos: Mas isso é um lado da moeda. Tem o outro lado da moeda. O outro lado é o que é que os senhores fazem com seus efluentes? Os Srs. Tratam ou jogam...

_ Não, nós estamos com um projeto pronto, ainda não instituímos, porque há tanta coisa que a gente ainda tem que investir. Não investimos ainda, mas o projeto está pronto. Se vier a cobrança, nós certamente vamos instalar aqui a nossa estação de tratamento dos nossos efluentes.

_ Hoje, o que é que vocês fazem com seus efluentes?

_É, nós jogamos na rede da SABESP .

_ Mas aqui nesta cidade a SABESP não tem estação de tratamento de esgoto ainda!

_ É, daqui vai direto para o rio. Vai direto para o rio.

Então vamos fazer o cálculo com a regra de 3, esse instrumento econométrico fantástico que nós aprendemos e que é o que nós mais usamos na nossa vida cotidiana. Regra de 3 simples. Então pegamos a regra de 3 e fizemos lá com os dados fornecidos pela CETESB em relação à, não é por volume, não é eu vou cobrar agora por M³do que o Sr... é pelo que... a demanda de oxigênio que o Sr joga. Fizemos o cálculo aproximado, deu aproximadamente 1000 reais por dia. De 10 para 1000. Cem vezes mais. Dava 30.000 reais por mês, 360.000 reais por ano.

Não tem a menor dúvida, eles disseram. Mas nós não vamos pagar isso para vocês. Nós vamos instalar a nossa estação de tratamento dos efluentes, como a Nestlé lá de Araras que não paga 1 centavo, porque a água que leva devolve, é uma água com 97% já de sólidos removidos, de demanda de oxigênio removida. Nós vamos instalar porque em um ano e meio está pago, nós financiamos isso aí, temos financiamento, não há problema.

E realmente é isso que nós queremos. Nós não queremos receber esses 30.000 reais por mês para reverter na reversão daquilo que ele poluiu, a empresa poluiu. Muito mais lógico é que ela deixe de poluir. E é esse o sentido principal da lei de cobrança. O seu carácter de gestão, de gerenciamento. Aliás, muita gente desconhece este aspecto dinâmico das leis. As leis têm um duplo aspecto. Um aspecto estático, quer dizer até onde vai os meus direitos, e até onde começam os direitos dos meus semelhantes. Carácter estático, mas fundamental para a vida em sociedade, mas tem o outro aspecto das leis... é o seu aspecto dinâmico, indutor de comportamentos e inibidor de outros comportamentos deletérios para a sociedade.

E também esta idéia nos permite ressaltar a correlação entre qualidade das águas e disponibilidade de água. Entre saneamento. A ênfase que hoje o mundo inteiro dá em saneamento, muito mais lógico do que na hora que precisarmos de mais água, que a SABESP ir buscar água a mais de 100 km da Bacia do Ribeira, muito mais lógico é fazermos um investimento, mesmo que maior, na despoluição completa do Pinheiros, do Tietê, para que tenhamos a água que hoje está aqui, mas não está disponível porque tem zero de oxigênio, do que ir buscar água boa a mais de 100 KM fazendo nova transposição de bacia, com todos os problemas que isso causa.

Portanto mais que oportuna é essa reunião da Associação dos Engenheiros da CETESB, que são os responsáveis diretos por conseguirmos que não apenas haja disponibilidade, mas acima de tudo qualidade das águas aqui no nosso Estado.

Há pouco, o Ministro da Saúde, numa entrevista, há mais ou menos 2 meses, declarou que com tudo aquilo que vinha sendo feito (e ele não falou aquilo que ele estava fazendo, para não ser um auto-elogio), mas com tudo isto que nós estamos assistindo, pela primeira vez um combate sistemático à essas empresas criminosas, empresas não, esses bandos criminosos que falsificam remédios. Combate também aos bons laboratórios, mas que sobem os preço, acima da inflação. Abertura para produção de genéricos. Transferência de recursos diretos para prefeitura sem intermediários, maximizando o aproveitamento desses recursos. Combate ao fumo e outras, outros elementos que causam estrago na saúde da população. Com tudo isso, o Ministro chegou e disse: _ Meu ministério é impotente para cuidar da questão da Saúde pública no País, se não houver um maciço investimento em saneamento básico, em saneamento ambiental. Se isto não for feito, moléstias que já estavam afastadas do cotidiano das nossas vidas, poderão voltar. E mais ainda, nós não vamos mudar a questão da saúde, não vamos mudar a condição de vida da população, porque 70% dos leitos dos hospitais, daquilo que nós pagamos aos hospitais são leitos ocupados por pessoas que contraíram doenças transmitidas pela água.

Se não houver saneamento ambiental completo numa região, o índice de mortalidade nesta região não cai. E é por isso que também a Organização Nacional da Saúde diz que cada dólar investido em saneamento, economiza-se 5 dólares nos 10 anos seguintes em postinhos de saúde, em médicos, em atendimentos nos hospitais. Para conseguir tudo isso, nós precisamos aqui no nosso Brasil fazer aquilo que os países que tiveram bom resultado fizeram. Que é a

conjugação de 4 fatores de 4 condicionais. Primeiro: uma legislação atualizada e rigorosa. Nós temos uma das legislações em Meio Ambiente das mais avançadas do mundo, nós temos um capítulo inteiro dedicado ao Ambiente. As constituições estaduais de todos os Estados têm capítulos dedicados e a nossa uma sessão inteira dedicada à Recursos Hídricos, a do Estado de São Paulo. Mas precisam mais 3 condições: A Segunda condição é fiscalização. Daí a relevância deste órgão, que é exemplo, que é modelo de qualidade da CETESB, não só para os demais órgãos do Estado, mas para todo o País. E coloca São Paulo muitos anos à frente em relação aos demais Estados em fiscalização eficiente e em cuidadosa gestão da qualidade das águas. E também hoje o Ministério Público e o Poder Judiciário têm dado uma significativa colaboração, neste sentido. Terceira condição: Vultuosos investimentos, para reverter aquilo que já foi degradado. Não só em obras, mas em capacitação, gestão, formação de recursos humanos para conseguir resultados positivos. E uma última condição: Primeiro a Legislação, segundo a Fiscalização, terceira vultuosos investimentos e a Quarta, Consciência Ambiental.

Assisti, há certo tempo, um filme de televisão, lá um, mostrando 2 pessoas andando num país da Europa. Uma joga uma bituca de cigarro no bueiro, a outra o repreende: _ O que você está fazendo, você está jogando um toco de cigarro aí no bueiro? Você está sujando o "meu" rio.

Essa consciência ambiental que nós todos aqui perseguimos, que dos 4 é o elemento fundamental, que quando eu tenho consciência, a consciência gera pressão popular e a pressão popular que faz com que surja a vontade política, que nasce dessa pressão e que faz com que os assuntos passem a fazer parte da agenda política dos governantes.

Se eu tenho consciência popular eu tenho legisladores preocupados com a questão ambiental. Vereadores, Deputados e Senadores votando leis atualizadas. Se eu tenho consciência, não se aceitam fiscais ineptos ou corruptos. Se eu tenho consciência, eu consigo nos orçamentos os recursos para fazer essas obras que irão reverter o que já foi degradado. Nós temos absoluta convicção de que o esforço que vem sendo desempenhado pelos engenheiros da CETESB e por todos aqueles que por dever de ofício, por dever profissional, ou por aptidão, por convicção, estão se dedicando, de uma forma ou de outra, nas organizações governamentais ou não, para resolver as questões ambientais, estão dando uma grande contribuição. Porque nós temos absoluta certeza que nos próximos anos, nos próximos muito próximos, a questão ambiental estará no caminho crítico das decisões. Não haverá simplesmente a busca da maximização do resultado financeiro das empresas, mas acima de tudo a necessidade de preservar os insumos para que as empresas possam continuar produzindo.

Muito obrigado pela oportunidade.

Agradeço imensamente este ensejo de nesta manhã estarmos aqui juntos...